

Tópicos de correção

1. O relevo do processo de integração europeia. A liberalização do ordenamento jurídico da economia. O desenvolvimento do mercado de capitais. O fenómeno das (re)privatizações. A criação do cargo de Auditor Geral do Mercado de Títulos e elenco das respetivas funções. A “Lei Sapateiro”. A criação da CMVM e a extinção do cargo de Auditor Geral do Mercado de Títulos. O Estatuto da CMVM. O Código dos Valores Mobiliários. A CMVM e o movimento regulatório português. A lei quadro das entidades administrativas independentes.
2. Distinção entre ambas as figuras. Finalidades. Regimes jurídicos (v.g., artigos 91º ss., bem como artigos 73º ss., do RGICSF).
3. As questões relativas à inserção sistemática de ambos os preceitos. Os respetivos âmbitos de aplicação. A dupla dimensão do primeiro preceito. O carácter remissivo do segundo preceito.
4. Descrição e análise crítica da estrutura institucional da supervisão financeira em Portugal. Designações da doutrina acerca do atual sistema. Vantagens e desvantagens do atual sistema. A eventual reforma do atual modelo de supervisão financeira.

5. V.g. o extraordinário desenvolvimento económico; a necessidade de efetuar vultosos investimentos (v.g., a construção das linhas de caminho de ferro); o relevo das sociedades anónimas de capitais dispersos e o acelerado crescimento do mercado de ações (representativo do capital social das empresas); o *Securities Act* de 1933; o *Securities Exchange Act* de 1934; a *Securities and Exchange Commission*.